

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

CIDADE MODERNA - II

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

V - Cidade Moderna - II

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

COMUNICAÇÕES

pág. 7

Las parroquias de Salamanca desde la edad moderna a 1887: Continuidad y Adaptación

José Antonio Ortega, Clara García-Moro

pág. 41

Alicante en el Siglo XVIII. Alianzas Matrimoniales y Estructura del Hogar en una ciudad Portuaria

José Luis Baño Sánchez

pág. 69

Influencia de la Planificación Urbana Realizada en las Islas Canarias, para su implantación en América

José-Luis Machado

pág. 115

Estructura social de la población Portuguesa en las ciudades Andaluzas: el ejemplo de Córdoba en el siglo XVII

Juan Aranda Doncel

pág. 147

¿Cómo funciona la ciudad mercantil?: situando las actividades económicas en la Sevilla del siglo XVI

Juan Manuel Castillo Rubio

pág. 175

A paisagem sonora de Angra no século XVII: Uma perspectiva a partir da actividade das suas instituições religiosas

Luís Henriques

pág. 197

Olhares historiográficos sobre a cidade de Coimbra na Época Moderna

Margarida Sobral Neto, Ana Isabel Ribeiro

pág. 215

Do necessário para a comodidade dos povos. Investimentos camarários, organização administrativa e conformação do espaço urbano nos primeiros anos de criação da Vila de Santa Maria de Baependi. (1815-1824)

Maria Cristina Neves de Azevedo

pág. 245

Os cofres dos órfãos e o financiamento de Alcácer Quibir

Maria de Fátima Machado

pág. 265

Úbeda y los ubetenses en 1786. Radiografía de una ciudad andaluza a finales del s. XVIII

María del Carmen Irlés Vicente

pág. 293

Gobierno ciudadano y familia. La perpetuación política en una ciudad del Reino de Granada: Vélez- Málaga

Maria del Pilar Pezzi Cristóbal

pág. 311

El espacio urbano como espacio de confluencia de poderes en la Galicia Moderna. Un estado de la cuestión y algunos ejemplos sobre A Coruña en la primera mitad del siglo XVIII

María López Díaz

pág. 341

Alicante o Cartagena: La elección de una ciudad portuaria para la llegada de Carlos III a la corte

M^a Luisa Álvarez y Cañas

pág. 371

Ribeira Grande de Santiago – uma cidade ultramarina do período moderno entre 1533 e meados do século XVIII

Maria Teresa Avelino Pires Cordeiro Neves

pág. 389

Cidade e conflito de competências na Compostela de Antigo Regime. A querela do colegial Don André de Espinho com o arcebispo e reitor de Fonseca por ser desprovido da sua vaga a finais do século XVII

Mónica F. Armesto

pág. 411

Celebraciones públicas urbanas a comienzos de la Modernidad. La conmemoración de la conquista malagueña

Pilar Ybáñez Worboys

A paisagem sonora de Angra no século XVII: Uma perspectiva a partir da actividade das suas instituições religiosas

Luís Henriques

CESEM-FCSH-NOVA/Universidade de Évora

luischenriques@gmail.com

A noção de uma paisagem sonora histórica aplicada ao espaço urbano tem sido uma das várias áreas que foram desenvolvidas a partir da ideia de cartografar os sons urbanos partindo de uma perspectiva histórica. Na Península Ibérica tem sido desenvolvida nas cidades andaluzas de Sevilha e Granada. Angra tornou-se rapidamente num espaço central no arquipélago açoriano, desenvolvendo-se quer a nível económico como também em termos do número populacional. O facto de ser a capital religiosa do arquipélago dos Açores terá certamente contribuído para uma forte concentração de instituições religiosas na cidade ao longo do século XVII que, para além da nova Catedral, eram constituídas por igrejas paroquiais, ermidas e outras instituições como a Misericórdia e a Companhia de Jesus ou os conventos espalhados pelo centro da cidade e arredores. O presente estudo percorre estas instituições abordando as referências a momentos ou actividades musicais das mesmas, perspectivando possíveis contextos musicais no âmbito da prática da polifonia e cantochão, o núcleo musical destes centros cujo repertório ocupava a maior parte do dia dos seus religiosos e religiosas. Quem percorresse a cidade poderia ouvir, para além dos numerosos sinos, também procissões, que ocorriam regularmente, e as numerosas vozes provenientes das suas igrejas.

O visitante que desembarcasse em Angra no século XVII poderia experienciar uma cidade a fervilhar de actividade, sobretudo em torno do seu porto, com toda a azáfama do provimento das armadas regressadas da Índia e do Brasil. No início do século, as obras da nova Catedral e do Castelo de S. Filipe, assim como a construção de outros grandes edifícios (como é o caso de vários conventos), certamente contribuiriam para tornar a cidade bastante ruidosa. O século XVII foi marcado em Angra, assim como também no continente português, pela ocupação espanhola do reino na primeira metade de seiscentos, as lutas decorrentes da Restauração, e o período imediato. Angra não foi excepção a estes marcos político-sociais e, sobretudo a década de quarenta, constituiu um período de agitação e instabilidade na cidade.

Tratando-se de uma abordagem introdutória à temática da paisagem sonora histórica, não pretende o presente trabalho constituir um estudo exaustivo desta temática aplicada à cidade de Angra no século XVII. A riqueza da paisagem sonora angrense era tão ampla que não é possível tratar todos os seus aspectos neste estudo, pelo que o objectivo do mesmo está concentrado na actividade musical das principais instituições religiosas da cidade e no que cada uma contribuiu para a envolvência sonora. A paisagem sonora de Angra era bastante variada quanto ao âmbito das sonoridades e géneros, assim como da sua geografia arquitectónica. Relativamente a este último aspecto Juan Ruiz Jiménez refere a importância de relação entre a arquitectura e a liturgia e a consequente transformação do espaço performativo, isto é, onde decorre a actividade musical. Os elementos sensoriais do cerimonial litúrgico tinham uma importante componente teológica no sentido de transmitir uma mensagem, constituindo a música um elemento fulcral nessa acção. Considerando estes aspectos decorrentes da relação entre espaço e ritual conduz a uma descentralização da actividade musical, nomeadamente o abandono da ideia de que esta decorreria apenas no coro, e a sua difusão por todo o edifício (Jiménez, 2017: 245). Espaços como as igrejas, os claustros, os adros onde eram celebrados ofícios, assumem assim uma grande importância enquanto centros devocionais onde era praticada a música.

Esta música tem sido apenas referida como polifonia ou práticas instrumentais, sendo frequentemente ignoradas as práticas musicais que envolviam o canto-chão, omnipresente no mundo eclesiástico Ocidental desde a sua fundação. A tendência em estabelecer hierarquias entre grandes obras (geralmente polifónicas) e obras de menor importância, nas quais inclui-se o repertório monódico, tem ignorado um contexto envolvente no qual o canto-chão tem primazia, uma vez que este repertório era o núcleo de qualquer centro litúrgico-musical, contexto ao qual a cidade de Angra não seria estranha.

Para a maioria das gentes de Angra no século XVII, as igrejas paroquiais, assim como as igrejas pertencentes às Ordens Religiosas e outras sociedades constituíam os locais para a adoração do divino. Os sons da liturgia incluíam a leitura dos textos sacros, enfatizados através da sua recitação, e o canto-chão cantado pelo clero e o coro, acompanhados pelo som ambiente da actividade humana nas naves dos templos. A isto deve-se acrescentar sons que eram ouvidos com menos frequência e que atraíam a atenção dos fregueses destes templos e que incluíam cânticos congregacionais, a polifonia e a música instrumental. Porém, é necessário a compreensão de que estes sons não estavam presentes em todas as igrejas, variando conforme a importância das mesmas, desde a Catedral, que possuiria uma maior complexidade litúrgico-musical, às ermidas, cuja actividade musical se resumiria ao essencial no respeitante à celebração litúrgico-musical.

De todos os cronistas açorianos, o Padre António Cordeiro é aquele que mais objectivamente traça a cartografia religiosa da cidade de Angra de modo a poder estabelecer-se nela um roteiro musical. Este jesuíta escreve no início do século XVIII (Cordeiro, 1717), traçando a cidade a partir da perspectiva de um visitante chegado a Angra por mar, e sobre a qual se poderá também perspectivar a sua paisagem sonora seiscentista. Os edifícios religiosos surgem assim, sem seguir propriamente um agrupamento pelo tipo de estrutura litúrgico-musical, mas sim pelo percurso que o autor faz pela cidade, sempre proveniente do seu porto. Na organização do presente estudo, pareceu-nos pertinente seguir em certa medida o percurso tomado pelo Padre António Cordeiro para a descrição das instituições religiosas da cidade. Dado o elevado número de instituições, este estudo abordará apenas aquelas que possuíam uma prática litúrgico-musical suficientemente volumosa.

Partindo do porto, Cordeiro descreve a Rua Direita, dirigindo-se para a Praça Velha. Aí, descreve sucintamente a ermida de Nossa Senhora da Saúde, localizando-a, prosseguindo para a descrição de outras ruas (Cordeiro, 1717: 272). Esta, como outras ermidas da cidade, não tivera uma actividade litúrgico-musical muito acentuada para além das festividades próprias. A ermida, que antes fora dedicada aos santos Cosme e Damião, foi instituída a Confraria dos Escravos da Senhora e o canto diário do terço pelo mercador Agostinho de Oliveira (Cordeiro, 1717: 180). Ainda na Praça Velha é descrito um oratório, o qual se abria nas manhãs dos domingos e dias santos dizendo um capelão missa à qual assistiam

os presos (Cordeiro, 1717: 272). Cordeiro prossegue para a zona do Corpo Santo, mencionando a respectiva ermida. Mais adiante, localiza o Solar dos Remédios, residência da família Canto, provedores das armadas em Angra, passando a descrever a ermida de Nossa Senhora dos Remédios. Este templo contradiz a tendência das restantes ermidas da cidade, referindo Cordeiro que ela era muito concorrida pelo povo, havendo terço cantado diariamente (Cordeiro, 1717: 273). Para além desta ermida, Cordeiro refere ainda que o terço era cantado na ermida de Nossa Senhora da Saúde e na da Boa Nova, anexa ao Hospital Militar (Cordeiro, 1717: 180), considerando-as as mais importantes da cidade. Esta actividade seria certamente a entoação do rosário, seguindo um tom de recitação, seguindo os parâmetros da *devotio moderna*, isto é, uma simplificação do cantochoão para um tom de recitação de forma a abreviar a celebração dos ofícios divinos, característica que também se observa em várias ordens religiosas surgidas no período pós-tridentino e nos ramos reformados de ordens medievais, como é o caso dos capuchinhos. É precisamente sobre o convento de Santo António dos Capuchos e de Nossa Senhora da Conceição, para os lados da freguesia de São Bento, que são mencionados seguidamente por Cordeiro, assim como a ermida de Nossa Senhora do Desterro. Identifica ainda uma outra série de ermidas de menor dimensão. Cada um destes templos contribuiria com sonoridades próprias para a paisagem sonora da cidade. Porém, em todos estes edifícios, destaca-se um instrumento comum a todos – os sinos.

Um dos sons que se ouviria com frequência na cidade de Angra era o toque dos inúmeros sinos existentes nas torres das suas igrejas e ermidas. Como ocorre no estudo de caso realizado sobre a cidade espanhola de Toledo, relativamente à presença destes instrumentos na paisagem sonora de Angra há que destacar os sinos das torres da Catedral cujo toque regulava a vida da cidade. Por um lado eram tocados para chamar o povo às celebrações litúrgicas, assim como para celebrar acontecimentos marcantes na vida da cidade, por outro, servia para marcar as horas diárias, pautando assim o ritmo a que vivia a urbe terceirense. A este respeito, António Cordeiro refere que a Catedral estava “servida de grandes e nobres sinos, em que ha distincção em o tocar aos defuntos fidalgos, ou da governança, & aos somente nobres, & aos plebeos” (Cordeiro, 1717: 279). Aqui, percebe-se pelo menos três tipos de toques, estratificados conforme a hierarquia social da cidade. Qualquer habitante ou visitante perceberia quase imediatamente, tratar-se do *officium defunctorum* para um membro da alta nobreza e administração da cidade (possivelmente incluindo também o clero neste grupo), um nobre sem posição relevante na elite urbana ou um mero membro do povo (incluindo-se neste grupo os artesãos, comerciantes, e outro tipo de indivíduos sem brasão). Como estava estratificado o tipo de toques para os defuntos, embora não referido, poderá concluir-se que também para outro tipo de eventos religiosos ou cívicos existiria uma hierarquização nos toques dos sinos. Cordeiro, ao tratar da freguesia que intitula do “Castello grande” (a fortaleza de São João Baptista), refere

que esta fortaleza se governa pelo grande relógio da Sé, com uma sentinela destacada para tocar o sino do castelo manualmente de hora em hora (Cordeiro, 1717: 279). Por esta nota percebe-se que a Sé regulava o passar do tempo nas freguesias próximas, que possuíam tangedores dos respectivos sinos que se orientavam pelo ritmo horário da Catedral.

Será ainda interessante realizar o exercício estatístico de contabilizar aproximadamente o número de sinos existentes em Angra e o impacto sonoro que estes instrumentos teriam na paisagem sonora da cidade. Embora o número destes instrumentos não esteja mencionado pelos cronistas, é de supor que as torres da Catedral teriam pelo menos quatro a cinco sinos, as restantes igrejas paroquiais e conventuais da cidade pelo menos dois a três instrumentos e as ermidas entre um e dois respectivamente. Certamente seriam de várias dimensões, com os instrumentos de maior dimensão sendo aqueles existentes na Catedral e os de menor dimensão os instrumentos das ermidas. Seguindo este tipo de atribuição, só nas instituições que se seguem neste estudo, encontram-se cerca de duas dezenas de instrumentos na Catedral e igrejas paroquiais, às quais se junto cerca de 25 instrumentos das igrejas conventuais. Com menor impacto, juntam-se os instrumentos das dez ermidas identificadas pelo Padre António Cordeiro, com cerca de duas dezenas de sinos. No seguimento deste cálculo, embora vago por falta do apoio de fontes documentais, percebe-se que na cidade existiriam no século XVII seguramente meia centena de sinos, que seriam utilizados nas diversas funções eclesíásticas e cívicas. É de se imaginar o barulho ensurdecedor gerado por estes instrumentos quando tangidos em simultâneo. Tal foi o caso a 3 de Agosto de 1680, às nove horas da manhã, quando saíram do mosteiro de São Gonçalo a madre Luzia da Ascensão e a madre Leonor do Céu para ocuparem os cargos de abadessa e mestra respectivamente no mosteiro de São Sebastião (Monte Alverne, 1962, III: 91).

Todavia, os sinos eram instrumentos utilizados para convocar os fiéis a participar nas várias cerimónias litúrgicas que eram celebradas regularmente nas respectivas igrejas e em que a música estaria mais ou menos presente conforme a importância das mesmas e a sua implantação no tecido urbano. Cordeiro identifica seis freguesias, correspondendo a na cidade de Angra. Porém, em termos da dimensão litúrgico-musical, poder-se-á excluir o castelo de S. João Baptista, ficando as freguesias da Sé, Conceição, São Bento, São Pedro e Santa Luzia enquanto centros de actividade musical considerável para o contexto da cidade.

A mais importante das freguesias da cidade é a da Sé, que ultrapassa todas as outras instituições religiosas em termos da dinâmica litúrgico-musical. A primeira metade do século XVII correspondeu à fase final das obras da nova Catedral de Angra, um período de grande instabilidade neste templo por via dos vários abalos sísmicos que causaram estragos na obra, e a nível social com alguns acontecimentos desenvolverem-se nele ou no

seu adro, em vésperas da Restauração. A 20 de Dezembro de 1615 deu-se a transferência do Santíssimo Sacramento da igreja de São Salvador para a nova Catedral. Nesse ano foram ainda desviados fundos da obra da nova Catedral para a reconstrução de igrejas e ermidas da ilha danificadas pelo terremoto do ano anterior, que havia causado estragos sobretudo na zona da vila da Praia (Lopes, 1965-66: 145). A primeira pedra da construção da nova Catedral havia sido lançada, de acordo com o cerimonial próprio, a 18 de Novembro de 1570. As obras foram suspensas durante os confrontos ocorridos no âmbito da Sucessão, tendo sido retomadas no final de 1593.

A transferência do Santíssimo Sacramento para a nova Catedral era consequência da adequabilidade do novo templo em receber as cerimónias próprias entre as quais pode ser incluída a celebração litúrgico-musical dos ofícios diários pela capela da Catedral. Esta instituição terá funcionado até à data da transferência no templo antigo, que não estava muito daquele em construção. Aqui, será importante referir a existência de organista ao serviço da Catedral desde pelo menos 1540 e mestre de capela próprio desde a década de sessenta, assim como o sustento de quatro moços para servirem no coro. Em 1595 foi celebrado o contrato com Nicolau Resende para a compra de dois órgãos, possivelmente para serem colocados na nova Catedral. Foram mestres de capela da Catedral na primeira metade de seiscentos, Gonçalo Nunes e Francisco de Almeida, assegurando a direcção do serviço musical da capela em tempos conturbados. Ao tempo do Padre António Cordeiro estavam ao serviço da Catedral cinco dignidades (deão, arcediogo, chantre, mestre-escola e tesoureiro-mor) dozes cónegos e quatro cónegos de meia prebenda que compunham o Cabido, junto com outros capelães, moços do coro (que por esse tempo deviam ser em número de oito), três curas, mestre de capela, organista, harpista, músicos, sacristão, altareiro, porteiro da massa, sineiro, relojoeiro e mais serventes do templo (Cordeiro, 1717: 279).

Em 1654 aportou a Angra o Padre António Vieira, proveniente do Maranhão. Esta figura de central importância na cultura portuguesa de seiscentos pregou na Catedral da cidade, enchendo pela primeira vez o recentemente construído maior templo de Angra na festa do Rosário (Cordeiro, 1717: 279). A presença em Angra deste jesuíta carismático terá certamente requerido celebrações litúrgico-musicais na Catedral próprias de dias festivos.

A 11 de Janeiro de 1657 aportou em Angra um navio trazendo a notícia do falecimento de el-rei D. João IV. A 4 de Fevereiro seguinte realizou-se na Catedral um *officium defunctorum* a que presidiu o deão Doutor Francisco Loureiro, pregando o padre mestre Manuel Fernandes, visitador dos colégios. Foi feita procissão com os irmãos da Misericórdia, cantando-se “o officio de dous coros de muzica” (Lopes, 1965-66: 152). Não havendo mais detalhes quanto à música interpretada nesta cerimónia, a referência específica ao officio de dois coros, para além de remeter imediatamente para uma prática policoral na Catedral

por volta de 1657, sugere também a interpretação de uma obra em particular. Trata-se da *Missa pro Defunctis* para oito vozes de Duarte Lobo (c.1566-1646) que, apesar de não ter sido escrita segundo um modelo policoral, poderá ter sido erradamente confundida como tal pelo Padre Manuel Luís Maldonado na sua crónica. Esta obra encontra-se presente no *Liber Missarum* de Duarte Lobo, impresso na Oficina Plantiniana em Antuérpia no ano de 1621, do qual se encontra actualmente um exemplar no fundo musical do Arquivo Capitular da Catedral (Henriques, 2012: 64). Embora remota, a hipótese de ter sido cantada a *Missa pro Defunctis* de Lobo nas exéquias celebradas na Catedral seria possível à altura uma vez que por essa altura o livro de Lobo circulava por praticamente todas as catedrais portuguesas.

A segunda freguesia em termos de importância litúrgico-musical é a igreja colegiada de Nossa Senhora da Conceição, de construção quinhentista, também conhecida nas fontes seiscentistas como a Conceição dos Clérigos (por oposição ao convento de religiosas concepcionistas perto). Ao tempo do Padre António Cordeiro esta igreja possuía uma colegiada composta por oito beneficiados com obrigação de coro, isto é, estando encarregados de cantarem os vários ofícios diários no coro. Contava ainda com vigário, dois curas, sacristão e tesoureiro (Cordeiro, 1717: 279). Para além da Catedral, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, dada a sua estrutura eclesiástica, parece ter sido a única igreja secular de Angra onde a liturgia musical manteve grande solenidade ao longo do século XVII através da colegiada, possuindo também um organista contratado por oposição.

A igreja de São Pedro possuía vigário cura e tesoureiro, assim como dois beneficiados, que estariam encarregados da celebração de missas nos locais fora da cidade (como é o caso de S. Carlos e Terra-Chã) que propriamente o serviço de coro na celebração litúrgico-musical dos ofícios. Por fim, encontram-se as igrejas paroquiais de São Bento e Santa Luzia em posição idêntica. Ambas estas igrejas possuíam vigário, cura e tesoureiro, sem qualquer beneficiado a elas associado. Por aqui, poderá supor-se que nestas igrejas os ofícios diários seriam celebrados na sua forma mais rudimentar, ou seja, seriam certamente apenas recitados pelos ministros eclesiásticos (Cordeiro, 1717: 279-280).

Entre as igrejas seculares da cidade é necessário ainda mencionar a igreja pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Angra. Este templo de construção quinhentista localizava-se “ao entrar do porto, pela famosa rua direyta, & á mão direyta” (Cordeiro, 1717: 280). Possuía um Hospital (do Santo Espírito) anexo. Segundo a descrição do Padre António Cordeiro, era este templo de três naves, com três altares, assim como outros ao longo da igreja. Por doação do frade agostiniano Fr. António Varejão de dez moios de trigo anuais permitiu ter a Misericórdia número suficiente de capelães que permitisse a celebração diária dos ofícios e manter um serviço de coro regular (Cordeiro, 1717: 280). Pela descrição anterior é de supor que os ofícios fossem celebrados na Misericórdia de forma muito

aproximada à da colegiada da Conceição. Embora não seja referido o número de capelães que assegurariam a liturgia musical nesta igreja, o seu número deveria ser por volta da meia dúzia, geralmente o número mínimo que surge nas comunidades religiosas associado a este serviço. Possuía ainda esta igreja um organista contratado, sendo o concurso por oposição. Os irmãos da Misericórdia irão promover várias procissões na cidade ao longo do século XVII, sobretudo aquelas relacionadas com preces em resultado dos violentos terremotos que assolam a ilha na década de quarenta.

Como escreve o Padre António Cordeiro, “há mais em Angra tantas Ermidas, & de tanta devoção, que todos os dias em tres dellas se canta o Terço da Senhora” (Cordeiro, 1717: 280). Cordeiro referia-se, como anteriormente mencionado, às ermidas de Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora da Boa Nova e Nossa Senhora da Saúde. De facto o número de fundações de ermidas ao longo do século XVII é de tal ordem que não é possível precisar qual seria a rotina litúrgico-musical destes espaços em resultado da escassez de referências documentais a semelhantes práticas. Todavia, sobressaem as três ermidas mencionadas por Cordeiro, supondo-se que nestes templos houvesse uma actividade musical de maior fôlego quando comparada com as restantes, como é o caso da ermida de Nossa Senhora da Boa Nova. Esta destaca-se o ano de 1654 quando nela pregou o Padre António Vieira onde, diz-se, ensinou a cantar o terço, apesar de não existir qualquer referência documental que corrobore esta afirmação (Lopes, 1965-66: 152).

Para além das igrejas e ermidas seculares, possuía Angra no século XVII vários conventos masculinos e femininos, alguns dos quais de fundação seiscentista e que em muito marcaram a paisagem sonora da cidade. Seguindo um itinerário desde a freguesia de São Bento, atravessando a cidade até à freguesia de São Pedro, encontram-se no século XVII oito conventos, “quatro de frades, e de religiosas outros quatro” (Cordeiro, 1717: 282). Os primeiros que podem ser encontrados em São Bento são o mosteiro feminino de Nossa Senhora da Conceição e o convento masculino de Santo António dos Capuchos.

O mosteiro de Nossa Senhora da Conceição foi fundado em 1606 por Pedro Machado Cardoso no local onde havia existido um hospício dos religiosos de Santo Agostinho fundado por Fr. António Varejão junto à Porta de São Bento, deliberando-se que, após a sua morte, se deveria cantar uma missa *pro defunctis* no dia dos defuntos ou na oitava (Monte Alverne, 1962, III: 78). No breve de fundação ficou determinado que o número de religiosas residentes no convento seria de vinte e cinco, com uma renda de trezentos cruzados anuais (Maldonado, 1990, II: 17-18). Este número de religiosas permitiria a celebração dos ofícios diários com bastante solenidade, apesar de certamente nem todas terem obrigação de coro. A 13 de Abril de 1608, estando o edifício do convento já construído, foi realizado um pontifical pelo bispo de Angra D. Jerónimo Teixeira Cabral, tomando os respectivos hábitos as fundadoras, as madres abadessa Simoa da Anunciação e

Clara da Madre de Deus, que tinham vindo do mosteiro da Luz da vila da Praia; as madres Maria da Ascensão e Bárbara do Espírito Santo, do convento de São Gonçalo, e a madre Ana de Deus e quatro pupilas, do convento de Nossa Senhora da Esperança, constituindo a primeira comunidade desta instituição. A partir desta data, no dia 13 de Abril, era cantado no mosteiro o ofício para a dedicação de uma igreja, comemorando a data de dedicação desta casa. A 23 de Fevereiro de 1612, houve novo pontifical na igreja do mosteiro pelo bispo de Angra, celebrando a eleição da madre Simoa da Anunciação como abadessa perpétua. Nesta celebração pregou o reitor do colégio jesuíta de Angra, o padre Matias de Sá, à qual assistiu toda a nobreza da ilha. O padroeiro do convento havia mandado trazer de Toledo a regra, estatutos e forma do hábito desta ordem, para o mosteiro de Angra (Monte Alverne, 1962, III: 81-82). Muito possivelmente, tratar-se-ia do *Monasterio de la Concepción*, que à época constituía um importante centro musical desta cidade espanhola, com uma intensa actividade musical (Baade, 2011).

No dia de Nossa Senhora da Conceição (8 de Dezembro) de 1617, entraram sete irmãs no noviciado do mosteiro, sobrinhas do bispo de Angra D. Agostinho Ribeiro. Nesta ocasião realizou-se um pontifical na igreja do mosteiro. No dia de São João Evangelista do ano seguinte professaram estas irmãs no mosteiro, realizando-se novo pontifical pelo bispo que durou sete horas e no qual pregou o reitor do colégio jesuíta, o padre Francisco Valente (Monte Alverne, 1962, III: 82). A madre abadessa Simoa da Anunciação, nos 28 anos que durou o seu abadessado, era tida no mosteiro como muito zelosa exigindo rigor no serviço do coro, nomeadamente na celebração dos ofícios diários. Em meados do século XVII, o número de religiosas do mosteiro ascendia a setenta e três, mantendo-se os 17 moios de trigo da fundação, assim como a renda para o número inicial de vinte e cinco religiosas (Monte Alverne, 1962, III: 82). Nas últimas décadas de seiscentos o mosteiro possuía cerca de oitenta religiosas professoras, três noviças, cinco pupilas (Maldonado, 1990, II: 19).

Algumas décadas mais tarde surge na vizinhança do mosteiro das concepcionistas o convento de Santo António dos Capuchos de recolectos franciscanos. Sobre este convento, António Cordeiro refere que “nem tem Capellas de anniversarios, ou musicas, nem esmolas de enterros, ou de habitos de defuntos” (Cordeiro, 1717: 290). A fundação deste convento, em pleno século XVII, surgiu da intenção do padre provincial Fr. Mateus da Conceição em fundar uma casa de recolectos em Angra, para o qual foi padroeiro o capitão Roque de Figueiredo, cuja doação do terreno para a construção do convento foi feita a 15 de Fevereiro de 1643. A 9 de Março desse ano foi lançada a primeira pedra do convento com grande cerimónia, estando presente a comunidade do convento de São Francisco e a nobreza da cidade. A 14 de Maio, dia da Ascensão, foi cantada uma missa na capela-mor do convento, que já se encontrava concluída, na qual pregou Fr. Mateus de São Boaventura, assistindo os oito primeiros recolectos desta instituição religiosa. Após cantado o ofício de Vésperas, saiu uma procissão do convento de São Francisco para o

convento de Santo António, em que participou o Cabido e clero da Catedral, os religiosos agostinhos do convento de Nossa Senhora da Graça, da Companhia de Jesus e os de São Francisco, levando o padre provincial o Santíssimo Sacramento.

As obras da igreja do convento ficaram concluídas a 12 de Junho de 1643, véspera da festa de Santo António, a quem foi dedicada. Nesse dia foi a igreja benzida pelo padre provincial, estando a comunidade presente, celebrando-se o ofício para a dedicação de uma igreja. A comunidade do convento cantou o ofício de Primeiras Vésperas “a seu modo” e a missa do Santo, cantando a missa o padre provincial e pregando Fr. Mateus de São Boaventura (Monte Alverne, 1962, III: 34-36). Esta descrição de Fr. Agostinho de Monte Alverne não adianta muito acerca da liturgia musical do convento de Santo António, porém, partindo de outras referências relativamente ao cantochão capucho, poderá inferir-se o que terá sido cantado nesta celebração. Deste modo, muito provavelmente apenas o ofício de Primeiras Vésperas terá sido cantado seguindo o cantochão e os restantes ofícios cantados seguindo um tom de recitação, ao modo da *devotio moderna*, uma vez que Monte Alverne não os menciona. Assim, o ofício de Vésperas incluía cinco antífonas e respectivos salmos, um responsório seguido pela antífona *ad Magnificat* e respectivo cântico. Para a missa do Santo (António), que seguia o comum para um confessor, ouvir-se-ia ecoar na igreja do convento o *introitus In medio ecclesiae*, o *graduale Os justi meditabitur*, o *Alleluia Antoni compar inelyte*, o *offertorium Veritas mea* e o *communio Domine, quinque talenta* (*Missae Propriae*, 1624: 13). A igreja arruinou-se e, a 15 de Fevereiro de 1668, foi lançada a primeira pedra da nova igreja a ser construída no local da anterior, colocando-se o Santíssimo Sacramento nela a 15 de Dezembro desse mesmo ano, cerimónia na qual se terá celebrado o ofício para a dedicação de uma igreja (Monte Alverne, 1962, III: 37).

O mosteiro de São Sebastião surgiu na década de cinquenta do século XVII, no seguimento do desejo de retiro de duas irmãs filhas de Francisco Ribeiro como capuchas descalças, ao exemplo das religiosas da Madre de Deus em Lisboa, observando a primeira regra de Santa Clara (Monte Alverne, 1962, III: 87). Em 1657, o chantre da Sé António da Rocha Ferraz ofereceu vinte mil réis anuais, sendo padroeiro deste mosteiro. Porém, uma vez que o mosteiro se iria situar junto da ermida de São Sebastião, construída em meados do século XVI e pertencente ao senado da Câmara, ficando acordados trinta mil réis anuais de padroado, sendo assinado documento comprovativo a 3 de Dezembro de 1659. Esta ermida ficava, de acordo com o Padre António Cordeiro, “indo de São Francisco para a sobredita Conceição das Freyras, á face da rua, olhando para o sul” (Cordeiro, 1717: 291). Ao tempo de Cordeiro este mosteiro possuía uma comunidade de trinta religiosas. A primeira pedra da obra do recolhimento foi lançada a 29 de Outubro de 1661, cuja bênção foi dada pelo vigário da Conceição Padre Francisco de Vasconcelos e Meireles. Esta obra incluiu a construção do “coro, portaria, roda e mais consertos da casa, grade da igreja, chafariz no sítio” (Monte Alverne, 1962, III: 89).

188

A 19 de Março de 1662, entraram no recolhimento oito religiosas, incluindo as duas filhas de Francisco Ribeiro. Na igreja realizou-se uma cerimónia de alguma influência na vida cívica da cidade, uma vez que esteve presente o senado da Câmara, assistindo também os religiosos de São Francisco, da Companhia de Jesus e de Nossa Senhora da Graça, assim como muita nobreza e povo. A missa foi cantada pelo chantre da Sé António da Rocha Ferraz, sendo auxiliado pelo cura da Conceição, Padre Bento Estácio Borralho, e o Padre Alexandre da Costa, cura de São Bento. A missa foi cantada pela capela da Catedral, não existindo referência quanto ao repertório interpretado, possivelmente o cantochão do próprio para a dedicação de uma igreja (Monte Alverne, 1962, III: 89). Porém, a presença da capela catedralícia nesta celebração – uma das raras notícias sobre a participação deste agrupamento fora do serviço da Catedral – sugere que se poderia tratar de um repertório polifónico, uma vez que este tipo de música não seria estranho à capela da Catedral podendo ter sido interpretado na ocasião por se tratar de um momento de grande importância cívica para a cidade (Henriques, 2012). A cerimónia terminou logo após o meio-dia. Apenas a 28 de Setembro de 1669 chegou a Angra o breve pontifício que conferia a categoria de mosteiro ao então recolhimento de São Sebastião, seguindo a primeira rega de Santa Clara, com uma comunidade de trinta religiosas e obediência ao bispo de Angra. Tal como outras instituições da cidade, dada a regra implementada neste mosteiro, é de crer que os ofícios diários fossem recitados ou cantados em *recto tono*, como é característico das ordens da *devotio moderna*. Porém, o papel que a Câmara da cidade tinha enquanto padroeira do mosteiro pode ter influenciado algumas das festas nele celebradas, nomeadamente a festa de São Sebastião a quem estava dedicada a ermida e, posteriormente, a igreja.

Não muito distante do mosteiro de São Sebastião, situa-se o convento de São Francisco, que já no século XVII seria centro de grande actividade litúrgico-musical. A centralidade geográfica desta instituição, também como centro político-religioso da ordem franciscana nos Açores, está bem presente ao longo da centúria de seiscentos, nomeadamente na década de quarenta, altura em que foi criada a Província de São João Evangelista em 1640 por via do desenvolvimento desta ordem desta ordem no arquipélago (Costa, 2008: 138), acentuando-se ainda mais a sua importância enquanto centro do poder religioso franciscano nas ilhas. O edifício do convento foi profundamente transformado na segunda metade do século XVII, tomando o aspecto que actualmente se conhece. No final do século XVI era morada para cerca de sessenta religiosos (Monte Alverne, 1962, III: 27). Esta campanha de obras foi um marco importante na comunidade religiosa, marcando também a vida na cidade e, em particular, junto ao convento enquanto duraram. Um primeiro momento de importância litúrgico-musical foi a cerimónia de colocação da primeira pedra da obra da nova igreja, estando já abertos os alicerces, a 6 de Março de 1666. Nesta cerimónia estiveram presentes o reitor da Companhia de Jesus, Padre Manuel

de Almeida, e sete religiosos, o prior do convento de Nossa Senhora da Graça, com mais religiosos agostinianos o arcediogo da Sé e o vigário geral, Doutor António da Rocha Ferraz, e o Cónego João Moniz Barreto, assim como grande parte da nobreza e administração da cidade. O mestre-escola da Sé, João Dinis Pereira, foi quem presidiu a esta cerimónia tendo saído da sacristia em procissão com dois pregadores, diácono e subdiácono, assim como os religiosos do convento e irmãos terceiros transportando a pedra que seria colocada no alicerce (Monte Alverne, 1962, III: 28-29). Embora não existam referências directas a actividade musical durante esta cerimónia, é de supor que se tenham cantado algumas rubricas do officio da dedicação de uma igreja, uma vez que o seu conteúdo muito se aproximava da cerimónia em questão.

O officio da dedicação de uma igreja terá sido certamente cantado seis anos mais tarde, a 1 de Outubro de 1672, data da sua bênção pelo bispo D. Fr. Lourenço de Castro. No dia seguinte o mesmo bispo fez pontifical, estando presente o cabido da Catedral, comunidades religiosas e nobreza da cidade, transportando-se o Santíssimo Sacramento do local em que se encontrava noutra dependência do convento em procissão para a nova igreja. Nesta cerimónia pregou Fr. Luís Lamberto, da Ordem de S. Domingos (assistente do bispo) e cantou a missa o padre mestre Fr. João de Lemos, do convento de Nossa Senhora da Graça (Monte Alverne, 1962, III: 29-30).

Não foram encontradas referências detalhadas quanto à actividade musical neste convento durante o século XVII. Este, como os restantes conventos da cidade, terão certamente sofrido toda a instabilidade resultante da Restauração e conseqüente conflito que se gerou na cidade com o cerco ao castelo de S. Filipe, tomando o lado português alguns dos religiosos desta casa, como é o caso de Fr. Diogo das Chagas e de seu irmão e provincial Fr. Mateus da Conceição. Porém, é de supor que os officios diários fossem cantados neste convento com a maior solenidade, como impunha o seu estatuto entre as restantes instituições açorianas. O número de sessenta frades apontado por Fr. Agostinho de Monte Alverne sugere um grande número de religiosos com obrigação de coro o que também parece ser confirmado pelas próprias dimensões do coro da nova igreja construída em 1666. O testemunho do Padre António Cordeiro sobre S. Francisco descreve o coro como “continuo, até pela meya noyte, com excellente musica” (Cordeiro, 1717: 282). Aqui, Cordeiro refere-se certamente ao officio de Matinas, que seria cantado por volta da meia-noite – o mais sumptuoso dos officios cantados durante o dia – e, por sinal, aquele que mais solenemente seria celebrado, de acordo com o autor, com “excelente música”.

No centro da cidade foi instalado o Colégio de Santo Inácio de Loyola da Companhia de Jesus em pleno século XVII. A presença de jesuítas em Angra remonta a 1570, ano em que arribaram sete naus com onze religiosos ao porto da cidade (Cordeiro, 1717: 283). Em 1636 ou 1637 começaram as obras para a construção do novo Colégio com a abertura

dos alicerces. Nesta cerimónia, realizada ao jeito daquela descrita anteriormente em S. Francisco, presidiu o vigário capitular, que pela altura seria o cónego Baltazar Godinho Cardim (Lopes, 1965-66: 148).

Em 1717, o Padre António Cordeiro refere que o Colégio possuía entre quinze e dezasseis padres residentes, o que é de supor que fosse esse o número de religiosos residentes nas últimas décadas de seiscentos (Cordeiro, 1717: 287). Se a própria Companhia não seguia uma celebração dos ofícios diários, libertando os seus membros para tarefas de pregação e apostolado junto das comunidades onde estavam implantadas as suas casas e, ao jeito da *devotio moderna*, não celebrava musicalmente o Ofício Divino no coro (Reid, 2016: 137), é no exterior, nomeadamente nas ruas, que ocorrem as celebrações musicais associadas à Companhia.

A 17 de Junho de 1651 realizou-se em Angra a procissão de *Corpus Christi* com maior solenidade que nos anos anteriores, altura em que ainda a cidade se recompunha do cerco de onze meses ao castelo de S. Filipe. Esta procissão havia sido ordenada pelos padres da Companhia para que nessa ocasião realizassem a sua transferência do local onde se encontravam, na Rua de Jesus, para o novo Colégio recentemente concluído e igreja de Santo Inácio de Loyola. Esta procissão reveste-se de grande importância enquanto momento musicalmente muito rico. De acordo com as descrições dela feitas, foi a dita procissão dividida em duas partes, correspondendo a um cortejo religioso e profano respectivamente. No referente ao cortejo religioso, não são dados grandes detalhes, mas é de supor que fosse composto pelas corporações religiosas da cidade, nomeadamente os religiosos de S. Francisco e de Nossa Senhora da Graça e o Cabido e restante clero secular da Catedral, como é usual aparecerem em descrições de outros eventos deste tipo. A parte profana, descrita em maior detalhe, era dirigida pelo juiz de fora que comandava as danças com a sua vara, constituindo a maior atracção para o povo, apesar da grande solenidade do momento. Estas danças haviam sido autorizadas a partir de 1515 na procissão do *Corpus Christi*, tomando a denominação de *folias*. Aqui vinham nove figuras representando as nove ilhas do arquipélago e uma décima, representando uma fictícia “ilha encoberta” que na altura era em vão ainda procurada (Lopes, 1965-66: 151-152). Embora não mencionada na descrição da procissão, a referência directa à *folia* enquanto dança remete imediatamente para a música que se conhece associada a esta dança nas fontes ibéricas quinhentistas e seiscentistas, o que sugere que haveria certamente música associada às *folias* dançadas na procissão de *Corpus Christi*.

Seguindo pela Rua da Sé em direcção às Covas (actualmente denominado Alto das Covas), diante da Catedral encontrava-se o mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, de freiras clarissas, que no dizer do Padre António Cordeiro “não só na regra, mas também na obediência, he franciscano” (Cordeiro, 1717: 290). De acordo com Fr. Agostinho de

Monte Alverne, haviam estado envolvidas na fundação do mosteiro duas religiosas vindas do mosteiro de São João da vila da Horta. O local para a fundação do mosteiro dividia-se entre a ermida de Nossa Senhora dos Remédios de António Pires do Canto ou as casas de Maria de Faria, viúva de Roque Simão, não optando as religiosas por qualquer das possibilidades em resultado de acharem os portais das casas de Maria de Faria com as vergas partidas e da ermida estar localizada em sítio muito ventoso. A opção final recaiu na compra das casas da mulher de Aleixos Gomes, onde repousavam as religiosas faialenses. As obras iniciaram-se em 1557, com a construção da igreja por setenta mil réis, terminando as mesmas em 1560. A 11 de Maio de 1575 foi Fr. Lourenço de Pina, comissário na custódia dos Açores, à grade do mosteiro onde recebeu obediência das religiosas desta instituição, no culminar de um período conturbado relativamente à fundação da casa, tendo-lhe sido entregues as chaves que ele aceitou (Monte Alverne, 1962, III: 63-64).

Desconhece-se o número inicial de religiosas que teria o convento. Porém, a 10 de Outubro de 1608, foi determinado pelo custódio Fr. Manuel de Coimbra que o seu número seria de quarenta e cinco e, a 22 de Janeiro de 1615, o custódio Fr. Domingos do Salvador aumentou o seu número para sessenta. Fr. Mateus da Conceição, primeiro provincial da província de São João Evangelista, aumentou mais duas religiosas ao número do seu antecessor, sendo-lhe acrescentadas mais dez por Fr. Simão do Espírito Santo, ficando a comunidade com setenta e duas religiosas (Monte Alverne, 1962, III: 73). Ao tempo do Padre António Cordeiro, o mosteiro tinha cerca de sessenta religiosas. Este cronista descreve a casa de forma bastante objectiva, considerando as religiosas “muyto nobres, & de grande recolhimento, & observância, & muyto grave, & perfeyta musica, com indefectavel continuação do coro, & rico culto de sua excelente Igreja (Cordeiro, 1717: 291). A afirmação de Cordeiro acerca das religiosas da Esperança sugere que esta comunidade destacava-se na paisagem sonora de Angra pela solenidade com que realizavam os serviços litúrgico-musicais no coro. De facto, a utilização do adjetivo “grave”, pressupõe que os ofícios fossem cantados da melhor forma e com o rigor e complexidade que o repertório monódico impunha. O facto de mais adiante Cordeiro referir que neste mosteiro havia religiosas de grande espírito reforça a ideia de que a liturgia (musical) seria seguida de forma bastante rigorosa. A dimensão da comunidade também permitiria a assistência de um grande número de religiosas no coro aos ofícios diários, o que também contribuiria para uma maior solenização dos mesmos, ouvindo esta arte quem se deslocasse pela Rua da Sé, constituindo os melhores comentários o resultado da audição das “vozes sem corpo” que se ouviriam na rua.

Tinha o mosteiro de Nossa Senhora da Esperança a fama de ser casa onde os ofícios diários eram cantados da melhor forma, assim como também a tinha o mosteiro de São Gonçalo, instituição em muito parecida à congénere da Rua da Sé e onde abundava a arte musical. Uma das primeiras casas femininas a ser fundada em Angra, cujo Breve data de 7 de Outubro de 1541, este mosteiro de freiras clarissas desenvolveu-se num dos

espaços religiosos mais ilustres da cidade. Fr. Agostinho de Monte Alverne refere que a comunidade era composta por noventa e oito religiosas (Monte Alverne, 1962, III: 49). O Padre António Cordeiro acrescenta que “he Convento tam grande, que já passou de cem Freyras de veo preto, & muytas tem tido, não so nobilíssimas, mas de religião, exemplo, & santidade excellente” (Cordeiro, 1717: 290). Em certa quinta-feira do ano de 1616 entrou na religião Catarina do Espírito Santo, que antes havia-se recolhido ao mosteiro. Para a ocasião cantaram as religiosas “missa ao Espírito Santo”, muito provavelmente o *proprium missae* para o Domingo de Pentecostes, iniciando como *introitus Spiritus Domini replevit*. Seguidamente, foi cantado o hino *Veni Creator Spiritus*, certamente em *alternatim*, isto é, metade do coro cantando os versos ímpares e a outra metade cantando os versos pares (Monte Alverne, 1962, III: 61).

No sítio das Covas, hoje conhecido como Alto das Covas, estava localizado o convento de Nossa Senhora da Graça, de Eremitas de Santo Agostinho, o primeiro dos três conventos desta ordem fundados no arquipélago açoriano. Os frades agostinhos, que na segunda metade do século XVI se tinham estabelecido junto à Porta de São Bento (onde mais tarde foi construído o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição) mas em inícios de seiscentos mudaram-se para as Covas por estar o anterior edifício “algum tanto afastado e longe para a devoção do povo” (Maldonado, 1990, II: 18). Não se conhece muito sobre a fundação deste convento, sabendo-se que a transferência da comunidade para o novo local terá acontecido na primeira década de seiscentos. Em 1604 ainda estaria o novo edifício em construção uma vez que ainda se encontrava em São Bento o guardião do convento Fr. Manuel Pereira (Lopes, 1965-66: 263).

A comunidade religiosa do convento nunca terá sido tão vasta quanto, por exemplo, a franciscana dada a fraca implantação da ordem agostiniana nas ilhas açorianas, apesar de serem em número suficiente que foram alguns religiosos fundar conventos em Ponta Delgada e na vila da Praia (Cordeiro, 1717: 288). Porém, nas palavras do Padre António Cordeiro, “o pio povo de Angra chamava Roma ao dito Convento, & indo a elle diziaõ: Vamos a Roma” (Cordeiro, 1717: 288), pressupondo que esta fosse uma casa de grande saber humanístico, uma vez que esta ordem competia no ensino das populações, pressupondo-se que também a celebração dos ofícios diários pela comunidade residente fosse solenizada. É novamente o Padre Cordeiro quem, referindo-se à igreja do convento, a descreve como grande e asseada, acrescentando que o convento “he competente”, certamente, na devida celebração litúrgico-musical. Mais adiante, refere ainda que no convento “houve bos Pregadores, & Confessores, & Coro as suas horas”, ou seja, o canto das Horas Canónicas era devidamente assegurado pela comunidade que, como se viu anteriormente, participava activamente nas cerimónias litúrgicas públicas da cidade. O prior deste convento, Fr. João da Purificação, viu-se no meio da luta em Angra após a Restauração e tomada do castelo de S. Filipe. Este religioso, confessor do governador

espanhol do castelo D. Álvaro de Viveiros, foi escolhido por Francisco Ornelas da Câmara para mediador da rendição do castelo (Lopes, 1965-66: 263).

Em conclusão deste roteiro musical pelas principais instituições religiosas da cidade de Angra no século XVII, que ao mesmo tempo constituíram centros de actividade musical, será necessário referir novamente que este é ainda um estudo preliminar, carecendo de uma profundidade atingida através do estudo de instituições em particular ou zonas mais delimitadas. Todavia, o enquadramento global de um roteiro deste tipo ajuda o ouvinte a situar-se naquilo que seria a paisagem sonora das ruas da cidade de Angra na centúria de seiscentos, os vários ambientes musicais, e tipologias de eventos, como é o caso das procissões e dedicações das igrejas. Estes eram momentos que envolviam as várias classes sociais da cidade que compareciam e certamente seriam influenciadas pelas práticas musicais da ocasião. Nesta paisagem sonora sacra encontram-se vários ambientes, entre os quais se devem destacar as igrejas seculares da cidade, as inúmeras ermidas e os conventos masculinos e mosteiros femininos tendo como núcleo a actividade musical na Catedral, que apesar de estar numa fase de construção, seria certamente o local por excelência onde se ouviria uma multiplicidade de sons.

Bibliografia

BAADE, Colleen (2011). Monjas músicas y música de monjas en los conventos franciscanos de Toledo, siglos XVI-XVIII. In CAMPOS, Francisco Javier; Sevilla, Fernández de, coord. – *La clausura femenina en el Mundo Hispánico*. San Lorenzo del Escorial: Instituto Escorialense de Investigaciones Históricas y Artísticas, p. 545-562.

CORDEIRO, António (1717). *Historia Insulana das ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Occidental*. Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram.

COSTA, Susana Goulart (2008). Açores: Nove Ilhas, Uma História. Berkeley: Institute of Governmental Studies/University of California, Berkeley.

HENRIQUES, Luís (2012). Polifonia na Sé de Angra? Três Impressos de Sacra Portuguesa Seiscentista. *Glosas*, 6, 64-65.

JIMÉNEZ, Juan Ruiz (2017). Cathedral Soundscapes: Some New Perspectives. In KNIGHTON, Tess, ed. – *Companion to Music in the Age of the Catholic Monarchs*. Leiden: Brill, p. 242-281.

LOPES, Frederico (1965-66). Da Praça às Covas. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 23-24, p. 5-376.

MALDONADO, Manuel L. (1990). *Fenix Angrence*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico de Angra do Heroísmo, 3 vols.

Missae Propriae (1624). *Missae Propriae Festorum Ordinis Fratrum Minorum*. Antuérpia: Ex Officina Plantiniana.

MONTE ALVERNE, Fr. Agostinho de (1962). *Crónica da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. 3.

REID, Alcuin (2016). In Pursuit of Participation – Liturgy and Liturgists in Early Modern and Post-Enlightenment Catholicism. REID, Alcuin, ed. *T&T Clark Companion to Liturgy*. Nova Iorque: Bloomsbury, p. 133-152.

ROLDÁN, Eva Esteve (2015). Los Sonidos de las calles de Toledo de 1577 a 1614. ROLDÁN, Eva Esteve; GIL, Carlos M.; ANDRÉS, Victor P. de, eds. *El Entorno Musical del Greco – Actas del Simposio celebrado en Toledo*. Madrid: Editorial Musicalis, p. 97-122.